



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LEOPOLDO EM 28.07.2015

Aos 28 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004001-70.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular VALDETE SOUTO SEVERO, pela Diretora de Secretaria NADIR DA COSTA JARDIM e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. A Juíza Substituta lotada DANIELA ELISA PASTÓRIO, se encontrava afastada em férias. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 02.04.1946

Data da última correição realizada: 02.09.2014

Jurisdição: Alto Feliz, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Linha Nova, Portão, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi, Vale Real.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 28.07.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01, de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo pertence à 38ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz Substituto.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.1.2 Juízes Atuais

| Juiz(a) | Situação | Período |
|-------------------------------|--------------------------------|------------------|
| Valdete Souto Severo | Juíza Titular | Desde 21.07.2014 |
| Daniela Elisa Pastório | Juíza Substituta Lotada | Desde 11.03.2013 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 13.07.2015)

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

| Juiz(a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|---|--------------------------|--|-----------------|
| - Valdete Souto Severo | Desde 21.07.2014 | Juíza Titular | - |
| - Daniela Elisa Pastório | Desde 11.03.2013 | Juíza Substituta | - |
| - Alcides Otto Flinkerbusch | Até 29.06.2014 | Juiz Titular | - |
| 1 Eliseu Cardozo Barcellos | 30.06 a 13.07.2014 (14d) | Juíza Substituta no exercício da titularidade da Vara | 14 dias |
| 2 Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 14 a 20.04.2014 (07d) | Juíza Substituta no exercício da titularidade da Vara | 07 dias |
| 3 Nadir Fátima Zanotelli Coimbra | 21 a 27.07.2014 (07d) | Juíza Substituta no exercício da titularidade da Vara | 178 dias |
| | 18.08 a 27.10.2014 (71d) | | |
| | 24 a 25.11.2015 (02d) | | |
| | 05 a 19.12.2014 (15d) | | |
| | 07.01 a 09.02.2015 (34d) | | |
| | 28.07 a 17.08.2014 (21d) | Juíza Titular afastada para frequentar curso de aperfeiçoamento (PA) | |
| | 26.11 a 04.12.2014 (09d) | | |
| | 10 a 28.02.2015 (19d) | | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 13.07.2015)

* Computado apenas o período correcionado.

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

| Juiz(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|----------------|--|--------------------------|----------------|
| Titular | Alcides Otto Flinkerbusch (Titular até 29.06.2014) | 07.01 a 05.02.2014 (30d) | 53 dias |
| | | 24.03 a 15.04.2014 (23d) | |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | |
|--------------------------|---|---|--------------------------------|-----------------|
| Titular | Valdete Souto Severo (Titular desde 21.07.2014) | Férias | 21.07 a 12.08.2014 (23d) | 252 dias |
| | | | 06 a 07.04.2015 (02d) | |
| | | | 29.06 a 22.07.2015 (24d) | |
| | | Licença para frequentar curso de aperfeiçoamento (PA) | 13.08.2014 a 28.02.2015 (200d) | |
| | | Afastamento (PA) | De 29 a 30.04.2015 (02d) | |
| Em 11.06.2015 (01d) | | | | |
| Substituta lotada | Daniela Elisa Pastório | Férias | De 06.02 a 07.03.2014 (30d) | 90 dias |
| | | | De 28.07 a 17.08.2014(21d) | |
| | | | De 26.11 a 04.12.2014 (09d) | |
| | | | De 10.02 a 01.03.2015 (20d) | |
| | | | De 23.07 a 01.08.2015 (10d) | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 13.07.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

| | Servidor(a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|---|-----------------------------|--|---|---|
| 1 | Nadir da Costa Jardim | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Diretor de Secretaria (CJ3) | 24.11.2014 |
| 2 | Michael Miotto | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Titular (FC05) | 20.11.2014 |
| * | Simone Low Eizerik | Analista Judiciário - Área Judiciária | Assistente de Juiz Substituto (FC05) | 23.04.2015 |
| 3 | Maria Lucia Sturm Schneider | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 12.08.1993 |
| 4 | Angela Maria Mattes | Técnico Judiciário – Serviços Diversos | Secretário de Audiência (FC03) | 27.07.1989 |
| 5 | Fabiane Dorscheid | Técnico Judiciário – Área | Secretário de | 22.06.2009 |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | |
|----|---------------------------------|---|--------------------------|------------|
| | | Administrativa | Audiência (FC03) | |
| 6 | Debora Ziegler | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 14.06.2010 |
| 7 | Juliana Scherer Spolaore | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 04.12.2013 |
| 8 | Lesli Schmidt Gomes | Analista Judiciário - Área Judiciária | - | 13.07.2000 |
| 9 | Luiz Felipe Junges Zani | Analista Judiciário - Área Administrativa | - | 27.08.2012 |
| 10 | Mara Beatriz Schmidt | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 17.07.2013 |
| 11 | Marcia Maria Mahle | Analista Judiciário - Área Judiciária | - | 01.07.2004 |
| 12 | Roberto Carlos de Oliveira Lima | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 13.04.1989 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.06.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|--|--|-------------------------------|--|
| 1.616 processos | 1.501 a 2.000 | 12 servidores | 13 a 14 servidores |

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo está **abaixo** da quantidade prevista na referida norma.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|-----------------------|----------------------------|---------------------|--------|
| Nadir da Costa Jardim | Curso ou Evento | 2 dias | 7 dias |
| | Curso Parcial | 3 dias | |
| | Licença para Tratamento de | 2 dias | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|---------------------------------|--|----------|----------|
| | Saúde (LTS) | | |
| Michael Miotto | Curso ou Evento | 1 dia | 3 dias |
| | Curso Parcial | 2 dias | |
| Simone Low Eizerik | Curso ou Evento | 4 dias | 5 dias |
| | Curso Parcial | 1 dia | |
| Maria Lucia Sturm Schneider | Curso ou Evento | 3 dias | 3 dias |
| Angela Maria Mattes | Curso ou Evento | 1 dia | 7 dias |
| | Doença em Pessoa da Família | 3 dias | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 3 dias | |
| Fabiane Dorscheid | Curso ou Evento | 1 dia | 2 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 1 dias | |
| Debora Ziegler | Curso ou Evento | 1 dia | 182 dias |
| | Licença Gestante | 120 dias | |
| | Prorrogação Licença Gestante | 60 dias | |
| | Doença em Pessoa da Família | 1 dia | |
| Juliana Scherer Spolaore | Curso ou Evento | 4 dias | 18 dias |
| | Curso Parcial | 1 dia | |
| | Férias sem folha | 13 dias | |
| Lesli Schmidt Gomes | Curso ou Evento | 1 dia | 2 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 1 dia | |
| Luiz Felipe Junges Zani | Curso ou Evento | 1 dia | 1 dia |
| Mara Beatriz Schmidt | Curso ou Evento | 3 dias | 4 dias |
| | Curso Parcial | 1 dia | |
| Marcia Maria Mahle | Curso ou Evento | 1 dia | 16 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 15 dias | |
| Roberto Carlos de Oliveira Lima | Curso ou Evento | 1 dia | 3 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 2 dias | |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.06.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

| Servidor(a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída |
|------------------------------|-----------------|---------------|--|--|
| 1 Cristiano Fraga * | 19.06.2013 | 10.07.2014 | 1 ano e 21 dias | Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente de Juiz Titular (FC05) |
| 2 Claudinei de Lima | 12.11.2012 | 22.02.2015 | 2 anos, 3 meses e 10 dias | Lotação na Secretaria da Corregedoria |
| 3 Gabriela Arsand | 11.03.2013 | 08.03.2015 | 1 ano, 11 meses e 27 dias | Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge |
| 4 Marcelo Borges de Oliveira | 25.03.2015 | 12.04.2015 | 17 dias | Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.06.2015)

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.

2.2.5 Estagiários

| Estagiário | Curso em Andamento | Período |
|----------------------------------|---------------------|-------------------------|
| 1 Lais Nardon Martins | Superior em Direito | 15.07.2014 a 14.01.2016 |
| 2 Maiara Caroline Bobsin da Rosa | Superior em Direito | 15.08.2014 a 14.02.2016 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.06.2015, renovada em 26.11.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correcionado

| Juiz | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|---|--------------------|---------|---------------|-------------------|
| Valdete Souto Severo Juíza Titular | - | - | 18,5 horas | 18,5 horas |
| Daniela Elisa Pastório Juíza Substituta | - | 8 horas | 68 horas | 76 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 13.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

2.3.2 Capacitação dos Servidores

| Servidor(a) | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|---------------------------------|--------------------|----------|---------------|-------------|
| Nadir da Costa Jardim * | 182,5 horas | - | 177,5 | 360 horas |
| Michael Miotto | - | 16 horas | 20 horas | 36 horas |
| Simone Low Eizerik | - | - | 21 horas | 21 horas |
| Maria Lucia Sturm Schneider | 32 horas | 8 horas | 20 horas | 60 horas |
| Angela Maria Mattes | - | 8 horas | 15 horas | 23 horas |
| Fabiane Dorscheid | - | 8 horas | 5 horas | 13 horas |
| Debora Ziegler | 25 horas | 8 horas | 45 horas | 78 horas |
| Juliana Scherer Spolaore | - | 36 horas | 15 horas | 51 horas |
| Lesli Schmidt Gomes | - | 8 horas | 15 horas | 23 horas |
| Luiz Felipe Junges Zani | - | 8 horas | 140 horas | 148 horas |
| Mara Beatriz Schmidt | - | 28 horas | 79,5 horas | 107,5 horas |
| Marcia Maria Mahle | 25 horas | 8 horas | 6 horas | 39 horas |
| Roberto Carlos de Oliveira Lima | - | 8 horas | 30 horas | 38 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.06.2015)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
|---|-------|-------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 1.245 | 1.392 | 11,81% | 1.486 | 6,75% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 203 | 156 | -23,15% | 157 | 0,64% |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | |
|--|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 1.350 | 1.340 | -0,74% | 1.395 | 4,10% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 331 | 147 | -55,59% | 287 | 95,24% |
| Total | 3.129 | 3.035 | -3,00% | 3.325 | 9,56% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

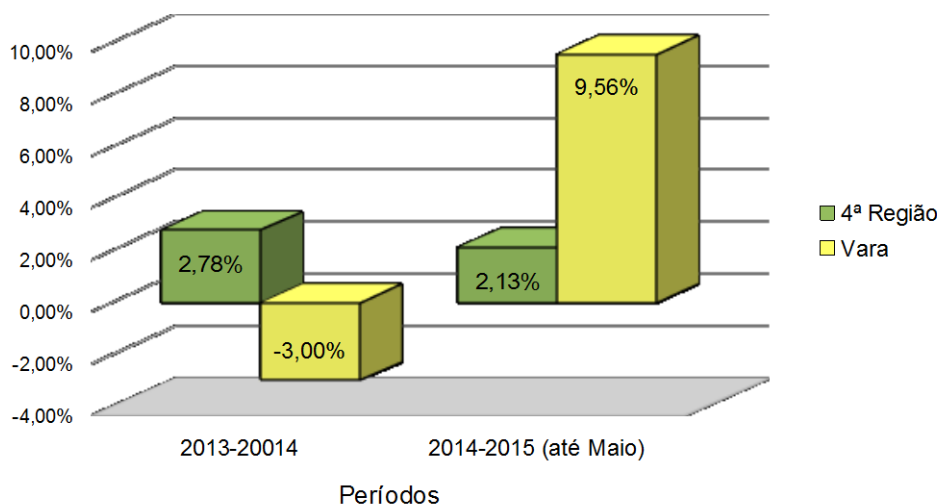
* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o estoque de processos em tramitação na Unidade Judiciária apresentou decréscimo, considerando a redução de 94 processos, equivalente a -3%. Verificou-se diminuição no número de cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução (-187 cartas), de processos pendentes de finalização nas fases de liquidação (-47 processos) e de execução (-10 processos), e aumento nos processos pendentes de finalização na fase de conhecimento (+147 processos). Na 4ª Região apurou-se, em média, aumento de 2,78% no acervo de processos em tramitação no mesmo período.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

| 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
|------|------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
|------|------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

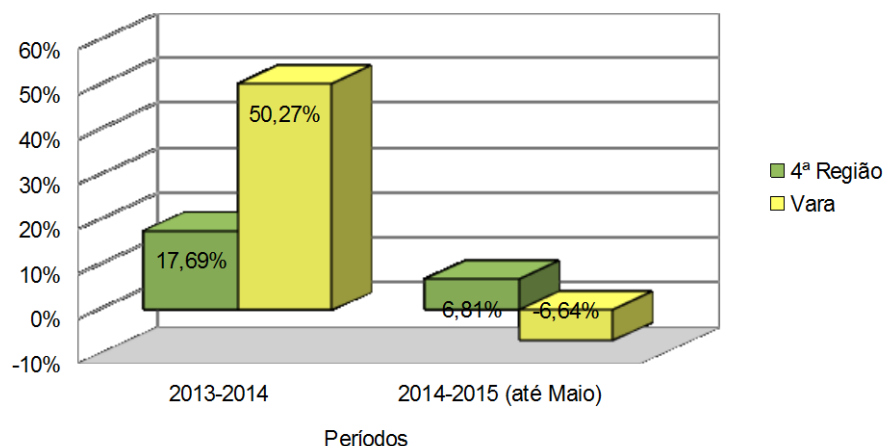
| | | | | | |
|--|-------|-------|---------|-----|----------|
| Casos novos | 1.556 | 1.935 | 24,36% | 798 | -58,76% |
| Sentença Anulada/Reformada | 15 | 2 | -86,67% | 0 | -100,00% |
| Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) | 1.341 | 1.308 | -2,46% | 727 | -44,42% |
| Processos pendentes de solução | 561 | 843 | 50,27% | 787 | -6,64% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

Em 2014, o estoque de processos pendentes da fase de conhecimento na Unidade Judiciária cresceu 50,27%, em relação ao ano anterior, o que é preocupante. Esse resultado decorre do aumento de 22,36% no número de casos novos, associado à queda de 2,46% no número de processos solucionados. No mesmo período, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, o crescimento no número de processos pendentes da fase de conhecimento foi de 17,69%, menor que o ocorrido na unidade correccionada, conforme apontado no gráfico a seguir.

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



A maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. Destaca-se o aumento do número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, que passou de 76 processos em 2013 para 170 em 2014, o que é preocupante (embora deva ser destacado que os números parciais de 2015 apontam, em maio de 2015, redução para 79 processos). Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento

| 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
|------|------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | | | |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | |
|---|------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 174 | 281 | 61,49% | 354 | 25,98% |
| Aguardando encerramento da instrução | 233 | 333 | 42,92% | 290 | -12,91% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 78 | 59 | -24,36% | 64 | 8,47% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 76 | 170 | 123,68% | 79 | -53,53% |
| TOTAL | 561 | 843 | 50,27% | 787 | -6,64% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

| | Fase de conhecimento | | | | |
|-------------------------------------|----------------------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
| 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo | 36,29% | 47,64% | 31,25% | 55,70% | 16,92% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 65,93% | 48,71% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária aumentou de 36,29% em 2013 para 47,64% em 2014, ultrapassando o congestionamento médio regional (de 44,33%).

3.2.3 Processos solucionados

| | Solução | Fase de conhecimento | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-------|------|-------|--------------------|-------|
| | | 2013 | | 2014 | | 2015 (até maio) | |
| | | Qtd | % | Qtd | % | Qtd | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 793 | 59,13 | 869 | 66,44 | 298 | 40,99 |
| | Julgado procedente | 36 | 2,68 | 15 | 1,15 | 33 | 4,54 |
| | Julgado procedente em parte | 293 | 21,85 | 228 | 17,43 | 262 | 36,04 |
| | Julgado improcedente | 73 | 5,44 | 58 | 4,43 | 45 | 6,19 |
| | Extinto | 1 | 0,07 | 1 | 0,08 | 1 | 0,14 |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

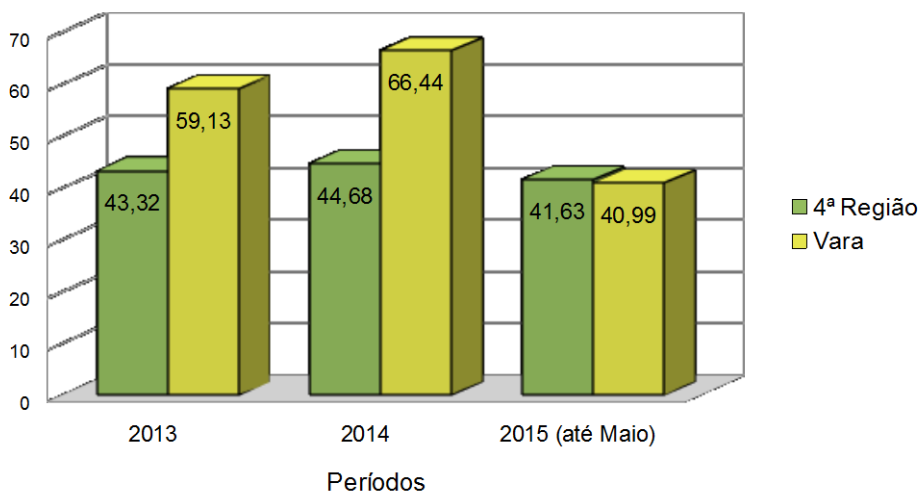
| | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|--------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 13 | 0,97 | 20 | 1,53 | 10 | 1,38 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 102 | 7,61 | 92 | 7,03 | 52 | 7,15 |
| | Desistência | 24 | 1,79 | 25 | 1,91 | 26 | 3,58 |
| | Outras decisões | 6 | 0,45 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | | 1.341 | 100 | 1.308 | 100 | 727 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

A Unidade Judiciária solucionou 33 processos a menos em 2014, na comparação com o ano anterior, refletindo queda de 2,46%. No mesmo período, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, a redução no número de processos solucionados foi menor, ficando em 2,67%.

Excluídas as homologações de acordo, verificou-se redução de 25,06% no número de decisões com resolução de mérito, considerando que foram proferidas 403 em 2013 e 302 em 2014, enquanto na 4ª Região aferiu-se redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. Houve, em contrapartida, aumento no número de acordos homologados, repercutindo no percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados que passou de 59,13% em 2013 para 66,44% em 2014, acima da média regional. Especificações no quadro abaixo.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| 2013 | 2014 | Varição% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Varição% 2014-2015 (até maio) |
|------|------|-----------------------|--------------------|-------------------------------------|
|------|------|-----------------------|--------------------|-------------------------------------|



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|-----------------------|-----|-----|---------|-----|---------|
| Iniciadas | 363 | 225 | -38,02% | 105 | -53,33% |
| Encerradas | 260 | 247 | -5,00% | 104 | -57,89% |
| Pendentes | 193 | 140 | -27,46% | 133 | -5,00% |
| Em Arquivo Provisório | 17 | 21 | 23,53% | 14 | -33,33% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O estoque de processos pendentes na fase de liquidação na Unidade Judiciária recuou de 193 em 2013 para 140 em 2014, representando decréscimo de 27,46%. Este resultado reflete a redução de 38,02% no número de liquidações iniciadas no ano de 2014, associado à queda de 5,00% no número de liquidações encerradas no período.

3.3.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de liquidação | | | | | |
|-------------------------------------|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
| 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo | 48,41% | 40,91% | -15,50% | 57,55% | 40,68% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 62,42% | 41,35% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária na fase de liquidação foi de 40,91% no ano de 2014, constatando-se redução de 15,50% em relação ao ano anterior. O índice da Unidade em 2014 ficou abaixo do congestionamento médio da 4ª Região, de 44,16%.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

| | | 2013 | 2014 | Variação 2013- 2014 | 2015 (até maio) | Variação 2014- 2015 (até maio) |
|----------|--------------------------------------|------|------|---------------------------|-----------------------|---|
| Entradas | Iniciadas | 328 | 358 | 9,15% | 176 | -50,84% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 23 | 913 | 3869,57 % | 7 | -99,23% |
| Saídas | Encerradas | 318 | 318 | 0,00% | 67 | -78,93% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 55 | 71 | 29,09% | 5 | -92,96% |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | |
|-----------------------------|--|------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Pendentes | Exclusivamente de crédito previdenciário | 7 | 22 | 214,29% | 18 | -18,18% |
| | Demais | 661 | 643 | -2,72% | 716 | 11,35% |
| | Total | 668 | 665 | -0,45% | 734 | 10,38% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 2.025 | 1.180 | -41,73% | 1.179 | -0,08% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária apresentou o mesmo número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013 (318 processos), enquanto o desempenho aferido na 4ª Região apresentou redução de 5,57%. Também houve aumento de 9,15% no número de execuções iniciadas na unidade correccionada. Ainda assim, o estoque de execuções pendentes recuou 0,45% em relação ao ano de 2013.

No mesmo período, na 4ª Região, verificou-se redução de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de execução (sem arquivo provisório) | | | | | |
|---|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
| 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo | 67,22% | 69,01% | 2,66% | 92,03% | 33,37% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 85,69% | 21,01% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária aumentou de 67,22% em 2013 para 69,01 em 2014, ainda assim mantendo-se abaixo do congestionamento médio regional de 70,81%.

| Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório) | | | | | |
|--|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
| 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo | 89,69% | 89,58% | -0,12% | 96,68% | 7,93% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 91,84% | 8,16% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 89,58% no ano de 2014, acima do congestionamento médio regional, de 84,91%.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
|--|-------|-------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 131 | 101 | -22,90% | 21 | -79,21% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 86 | 121 | 40,70% | 24 | -80,17% |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 1.863 | 1.828 | -1,88% | 1817 | -0,60% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente até 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultaram **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

| Processo | Situação Processual | Histórico BNDT |
|---------------------------|--|--|
| 0010500-91.2008.5.04.0331 | Em 04/10/2012 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 05/10/2012, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Pedrozo Sistemas de Segurança Ltda. Foi incluída no BNDT em 28/09/2011, com a informação “sem garantia”. |
| 0000633-35.2012.5.04.0331 | Em 03/04/2014 foi lançado no inFOR despacho que declarou “extinta a execução” e, em 10/09/2014, o andamento “arquivado definitivamente”. | A reclamada Reifrio Comércio de Refrigeração Ltda. foi incluída, no BNDT em 05/07/2013, com a informação “sem garantia”. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFOR em 09.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| | 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até maio) | | |
|--------------------------------------|----------------|------------|----------------|----------------|------------|----------------|-----------------|------------|----------------|
| | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes | Rece- bidos | Julgados | Pen- dentes |
| Embargos de declaração | 111 | 78 | 32 | 99 | 100 | 36 | 81 | 79 | 59 |
| Antecipações de tutela | 118 | 26 | 123 | 130 | 74 | 41 | 61 | 54 | 46 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 13 | 9 | 10 | 18 | 20 | 11 | 5 | 3 | 11 |
| Embargos à execução | 48 | 35 | 39 | 56 | 53 | 37 | 21 | 20 | 41 |
| Embargos à arrematação | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | 3 | 0 | 1 | 2 |
| Embargos à adjudicação | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 8 | 2 | 14 | 3 | 6 | 10 | 3 | 2 | 11 |
| Total | 300 | 152 | 221 | 308 | 255 | 138 | 171 | 159 | 170 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Conforme se observa do quadro acima, em 2014 o número de incidentes processuais recebidos manteve-se estável, na comparação com o ano anterior, passando de 300 para 308. Houve majoração no número de incidentes processuais julgados, de 152 para 255 e redução no número de incidentes processuais pendentes, que passou de 221 em 2013 para 138 em 2014.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

| Processos Físicos | |
|---------------------------|--|
| Processo | Situação |
| 0001605-39.2011.5.04.0331 | Em 11/03/2014 foi registrado protocolo de Embargos à Execução pela reclamada. Em 19.11.2014 foi proferida decisão julgando a Impugnação à Sentença de Liquidação da reclamada. Como não houve registro no sistema de baixa correlata dos Embargos à Execução (ou retificação do incidente efetivamente protocolado), permanece este formalmente pendente no e-Gestão. |
| 0001134-23.2011.5.04.0331 | Em 09/06/2014 foi registrado protocolo de incidente de Impugnação à Sentença de Liquidação pelo reclamante. Em 11.09.2014, tendo em vista o reconhecimento, pelo réu, da impugnação do autor, foi publicado despacho simples, determinando o retorno dos autos ao contador para retificação dos cálculos. Como não houve, formalmente registro de baixa do incidente, permanece este pendente no e-Gestão. |
| PJe | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| Processo | Situação |
|---------------------------|--|
| 0020663-57.2013.5.04.0331 | Em 25/02/2014 foi registrado no PJe protocolo de Embargos de Declaração pela 2ª reclamada e, em 28/02/2014, pela 3ª reclamada. Em 22/09/2014 foi publicada decisão apreciando os Embargos de Declaração apresentados pelas rés e lançado andamento de julgamento dos embargos opostos por Ritmo Veículos (segunda reclamada). Como não houve o lançamento do andamento específico de julgamento do incidente em relação à Getnet (terceira reclamada) permanece este pendente junto ao e-Gestão. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão, inFOR e PJe em 03.07.2014)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|-------------|-------------------------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 93,23 | 110,32 | 18,33% | 121,34 | 9,99% |
| | Ordinário | 149,45 | 146,15 | -2,21% | 220,3 | 50,74% |
| | Total | 143,5 | 142,75 | -0,52% | 209,29 | 46,61% |

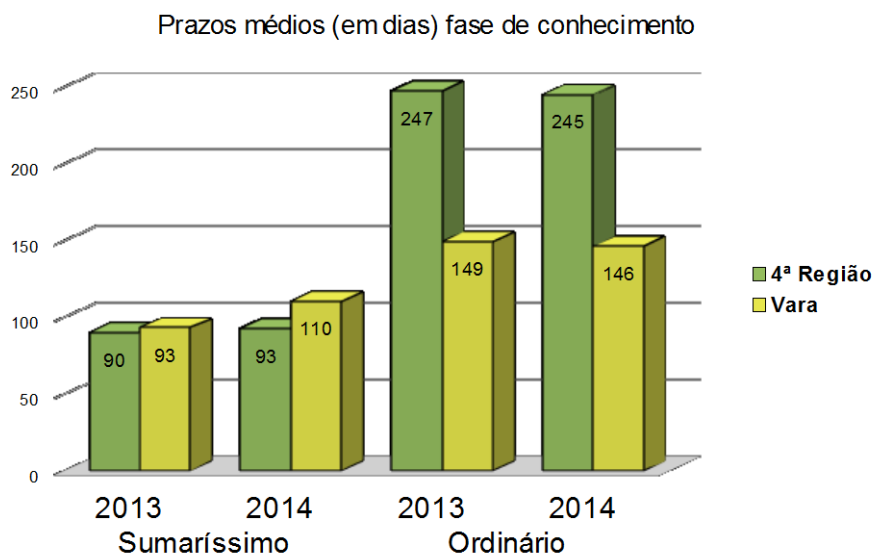
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

Em 2014, entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença decorreram, em média, 110,32 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e 146,15 dias nas ações ordinárias, refletindo redução média de 0,52% em relação a 2013.

O lapso de tramitação processual na fase de conhecimento na unidade correccionada mostrou-se mais moroso que aquele aferido nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região nos processos de rito sumaríssimo, onde constatou-se transcorrerem, em média, 92,57 dias, e mais célere nas ações ordinárias, onde aferido lapso de tramitação processual de 245,25 dias. Especificações no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|-------------|-------------------------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 (até maio) |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 129 | 182,9 | 41,78% | 91,25 | -50,11% |
| | Ordinário | 158,67 | 186,39 | 17,47% | 198,47 | 6,48% |
| | Total | 156,32 | 186,23 | 19,13% | 193,04 | 3,66% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

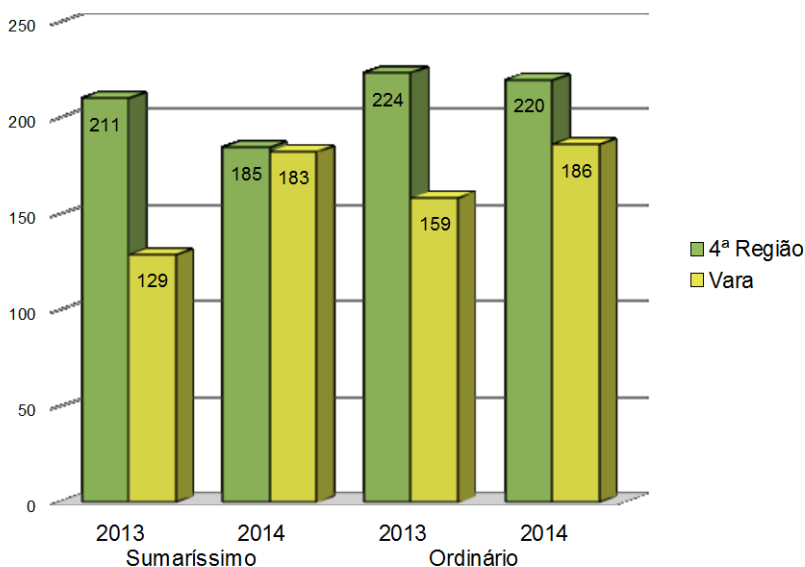
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, aumentou 19,13% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 182,9 dias e nas ações ordinárias, 186,39 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária, quando comparado com o prazo médio aferido na 4ª Região, mostrou-se 1,02% e 15,32% mais célere nos processos de rito sumaríssimo e nas ações ordinárias, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Prazos médios (em dias) fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | Variação% 2014-2015 (até maio) |
|---------------------------------------|--------------|-------------------------|----------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | |
| Do início ao encerramento da execução | Ente Privado | 505,77 | 685,57 | 35,55% | 664,27 | -3,11% |
| | Ente Público | 756,94 | 1.314,92 | 73,71% | 1.415,75 | 7,67% |
| | Total | 521,07 | 739,71 | 41,96% | 709,14 | -4,13% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

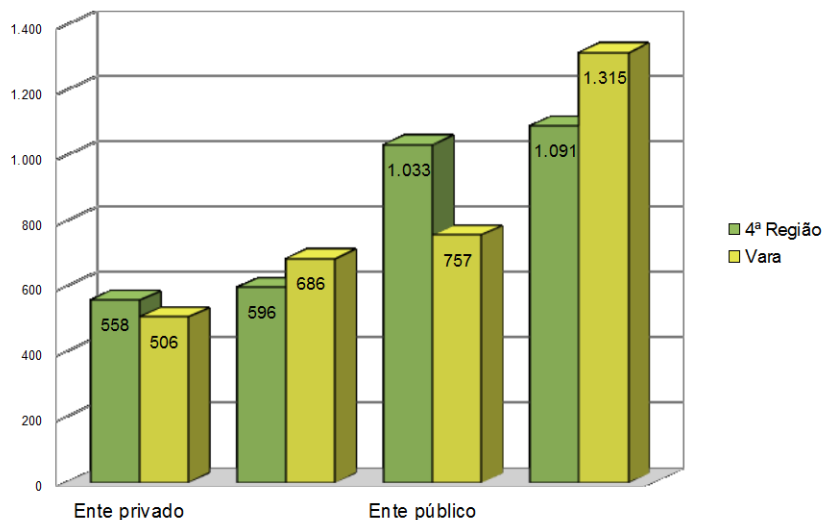
O prazo de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária aumentou 35,55% nos processos contra entes privados, passando para 686 dias, e 73,17% nas ações contra entes públicos, alcançando 1.315 dias.

Na comparação com o prazo médio da fase de execução das demais Unidades Judiciárias da 4ª Região vê-se que o da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo é 14,97% mais moroso nos processos em que o executado é ente privado e 20,53% mais lento quando o executado é ente público.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Prazo médio (em dias) fase execução



5 METAS

5. METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.1.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

| META 1/2014 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|--------------------------|
| Distribuídos até 31.12.2014 | Solucionados até 31.12.2014 | % | Resultado |
| 1.935 | 1.308 | 67,60% | Meta não cumprida |

5.1.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

| META 2/2014 CNJ | | | |
|---|--|--------|----------------------|
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2011 | Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014 | % | Resultado |
| 78 | 74 | 94,87% | Meta cumprida |
| Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | | | |
| Processos não julgados em 31/12/2012 | Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014 | % | Resultado |
| 440 | 434 | 98,64% | Meta cumprida |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

5.1.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

| META 5/2014 CNJ | | |
|---|--|-------------------|
| Tipo de execução | % de redução/aumento do congestionamento | Resultado |
| Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | -3,61% | Meta não cumprida |
| Execução Fiscal | -6,50% | |

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|--|---------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|--------------------------------|
| Distribuídos até 31.05.2015 | Solucionados até 31.05.2015 | % | Resultado |
| 798 | 727 | 91,10% | Período de apuração incompleto |

5.2.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| Questionário para cálculo da Meta | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|-------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor |
| P2.1 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014. | Única | 497 |
| P2.4 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. | Mensal | 0 |
| P2.7 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na | Mensal | 1 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|-------|---|--------|-----|
| | instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. | | |
| P2.10 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015. | Mensal | 78 |
| P2.13 | Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014 | Única | 401 |

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

| META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013 | |
|--|------------------------------|
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado parcial (até maio) |
| 107,3% | Meta já cumprida* |

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---|---|---------------------|---------------------------------------|
| Casos novos de execução em 2015 (até 31.05) | Execuções baixadas* em 2015 (até 31.05) | Grau de Cumprimento | Resultado |
| 176 | 140 | 79,55% | Período de apuração incompleto |

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|--|----------------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.2.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | |
|--|---|-------------------------------|-----------------------------------|
| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (até 31.05.2015) | Meta de processos para 31.12.2015 |
| 1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda. | 18 | 16 | 17 |
| 2º) Estado do Rio Grande do Sul | 6 | 1 | 5 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|---|----|---|----|
| 3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 3 | 0 | 2 |
| 4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN | 0 | 0 | 0 |
| 5º) União | 12 | 2 | 11 |
| 6º) Oi S.A. | 11 | 7 | 10 |
| 7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 0 | 0 | 0 |
| 8º) Caixa Econômica Federal - CEF | 3 | 5 | 2 |
| 9º) Banco do Brasil S.A. | 4 | 3 | 3 |
| 10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição | 0 | 0 | 0 |

5.2.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|---|--------------------------------|--|--|--------------------------------|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.05 | Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015 | Resultado parcial |
| 228,17 | 142,75 | 209,29 | 141,33 | Período de apuração incompleto |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|-------|-------|-----------------|------------------|----------------|--------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 31.05) | Meta para 2015 | Resultado Parcial |
| Total de acordos | 793 | 869 | 831 | 298 | 840 | Período de apuração incompleto |
| Média mensal de acordos | 66,08 | 72,42 | 69,25 | 99,33 | 70 | |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|---------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-------|
| Manhã | - | 5 a 7 (I ou UO) 1 (U) 3 (P) | 5 a 7 (I ou UO) 1 (U) 3 (P) | 5 a 7 (I ou UO) 1 (U) 3 (P) | - |
| Tarde | - | - | - | 5 a 7 (I ou UO) 1 (U) 3 (P) | - |

| J2 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------|-------|
| Manhã | 5 a 7 (I ou UO) 3 (P) | - | - | - | - |
| Tarde | 5 a 7 (I ou UO) 3 (P) | 5 a 7 (I ou UO) 3 (P) | 5 a 7 (I ou UO) 3 (P) | - | - |

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria e cotejo com o livro pauta em 28.07.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- UO – Audiências unas de rito ordinário
- P – Audiências de prosseguimento

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | J1 - Última data marcada | J1 - Próxima data livre |
|----------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Inicial ou Una em rito ordinário | 25.11.2015* | 16.09.2015* |
| Una Sumaríssimo | 25.11.2015* | 16.09.2015* |
| Instrução | 25.11.2015 * | 16.09.2015 * |

* é adotado, como procedimento, a realização de audiências unas, com apresentação de contestação em secretaria (parte citada para apresentar defesa em 15 dias) e designações de perícias previamente à designação da audiência. As audiências unas têm diferença na data designada dependendo da necessidade de realização de perícia, para que haja tempo hábil para sua conclusão.

| Tipo | J2 - Última data marcada | J2 - Próxima data livre |
|----------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Inicial ou una em rito ordinário | 19.08.2015 | 19.08.2015 |
| Una Sumaríssimo | 19.08.2015 | 19.08.2015 |
| Instrução | 22.03.2016 | 01.02.2016 |

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 28.07.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|-------------|-------------------------|-------|------------------------|--------------------|------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até maio) | Variação% 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência | Sumaríssimo | 49,67 | 63,45 | 27,76% | 76,06 | 19,87% |
| | Ordinário | 55,58 | 69,18 | 24,47% | 78,9 | 14,04% |
| | Total | 55,27 | 68,7 | 24,28% | 78,53 | 14,31% |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 07.07.2015)

Em 2014, o prazo médio transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de **63,45 dias** nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e de **69,18 dias** nas ações ordinárias, refletindo aumento médio de 24,28%. Superou, assim, o lapso considerado adequado para unidades desse porte (até quarenta dias).

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 28.07.2015, quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas, em relação ao **J1** com variação de **48 dias** (iniciais ou unas sem prova prévia) a **117 dias** (una com prova pericial prévia) e, em relação ao **J2**, para dali a **21 dias** (tanto nas ações ordinárias quanto nos processos sumaríssimos).

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 28.07.2015, as audiências de prosseguimento, quando necessárias, estavam sendo designadas com variação de **48 a 117 dias (J1)**, dependendo da natureza da dilação probatória e do tempo hábil para sua realização, e para dali a **183 dias (J2)**, abaixo do prazo tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual, de até 240 dias, o que é elogiável.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| Juiz | Audiências Realizadas - 2014 | | | | Total |
|---------------------------|------------------------------|-----------|-----|-------------|--------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Alcides Otto Flinkerbusch | 1 | 98 | 330 | 0 | 429 |
| Daniela Elisa Pastório | 89 | 262 | 775 | 7 | 1.133 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|-------------------------------------|------------|------------|--------------|-------------|--------------|
| Eliseu Cardozo Barcellos | 0 | 8 | 33 | 0 | 41 |
| Nadir Fátima Zanotelli Coimbra | 62 | 123 | 355 | 2 | 542 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 0 | 6 | 26 | 0 | 32 |
| TOTAL | 152 | 497 | 1.519 | 9 | 2.177 |
| Audiências Realizadas - 2015 | | | | | |
| Juiz | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | Total |
| Daniela Elisa Pastório | 68 | 98 | 164 | 2 | 332 |
| Nadir Fátima Zanotelli Coimbra | 82 | 25 | 96 | 1 | 204 |
| Valdete Souto Severo | 1 | 67 | 75 | 2 | 145 |
| TOTAL | 151 | 190 | 335 | 5 | 681 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| Magistrados | Solucionados - 2014 | | | | | Total de processos solucionados |
|----------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com Exame de Mérito | | | TOTAL | Sem Exame de Mérito | |
| Conciliações | Julgados | Outras decisões | Sem Exame de Mérito | | | |
| Alcides Otto Flinkerbusch | 165 | 143 | 0 | 308 | 30 | 338 |
| Daniela Elisa Pastório | 464 | 88 | 1 | 553 | 68 | 621 |
| Eliseu Cardozo Barcellos | 13 | 7 | 0 | 20 | 4 | 24 |
| Nadir Fátima Zanotelli Coimbra | 219 | 63 | 0 | 282 | 30 | 312 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | 8 | 0 | 0 | 8 | 5 | 13 |
| TOTAL | 869 | 301 | 1 | 1.171 | 137 | 1.308 |
| Magistrados | Solucionados - 2015 | | | | Total de processos | |
| | Com Exame de Mérito | | | Sem Exame de Mérito | | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | solucionados |
|----------------------------------|--------------|------------|-----------------|------------|-----------|--------------|
| Alcides Otto Flinkerbusch | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Daniela Elisa Pastório | 156 | 156 | 1 | 313 | 32 | 345 |
| Nadir Fátima Zanotelli Coimbra | 60 | 68 | 0 | 128 | 22 | 150 |
| Oswaldo Antonio da Silva Stocher | - | 7 | 0 | 7 | 1 | 8 |
| Valdete Souto Severo | 82 | 108 | 0 | 190 | 33 | 223 |
| TOTAL | 298 | 340 | 1 | 639 | 88 | 727 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.07.2015)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| Daniela Elisa Pastório | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 23.01.2015 0021022-70.2014.5.04.0331 * | 0021132-69.2014.5.04.0331 * | 0021628-98.2014.5.04.0331 * |
| 0020124-23.2015.5.04.0331 * | 0021138-76.2014.5.04.0331 * | 0021633-23.2014.5.04.0331 * |
| 0020150-21.2015.5.04.0331 * | 0021158-67.2014.5.04.0331 * | 0021657-51.2014.5.04.0331 * |
| 0020202-17.2015.5.04.0331 * | 0021178-58.2014.5.04.0331 * | 0021688-71.2014.5.04.0331 * |
| 0020204-84.2015.5.04.0331 * | 0021288-57.2014.5.04.0331 * | 0021712-02.2014.5.04.0331 * |
| 0020306-09.2015.5.04.0331 * | 0021293-79.2014.5.04.0331 * | 0021721-61.2014.5.04.0331 |
| 0020319-08.2015.5.04.0331 * | 0021327-54.2014.5.04.0331 * | 0021741-52.2014.5.04.0331 * |
| 0020323-45.2015.5.04.0331 * | 0021340-53.2014.5.04.0331 * | 0021752-81.2014.5.04.0331 * |
| 0020340-81.2015.5.04.0331 | 0021357-89.2014.5.04.0331 * | 0021766-65.2014.5.04.0331 * |
| 0020370-61.2014.5.04.0005* | 0021362-14.2014.5.04.0331 * | 0021774-42.2014.5.04.0331 * |
| 0020373-71.2015.5.04.0331 * | 0021370-88.2014.5.04.0331 * | 0021783-04.2014.5.04.0331 * |
| 0020387-55.2015.5.04.0331 * | 0021372-58.2014.5.04.0331 * | 0021806-47.2014.5.04.0331 * |
| 0020390-10.2015.5.04.0331 * | 0021373-43.2014.5.04.0331 * | 0021817-76.2014.5.04.0331 * |
| 0020409-16.2015.5.04.0331 * | 0021378-65.2014.5.04.0331 * | 0021827-23.2014.5.04.0331 * |
| 0020441-55.2014.5.04.0331 * | 0021380-35.2014.5.04.0331 * | 0021834-15.2014.5.04.0331 * |
| 0020479-33.2015.5.04.0331 * | 0021393-34.2014.5.04.0331 * | 0021867-05.2014.5.04.0331** |
| 0020514-27.2014.5.04.0331 * | 0021398-56.2014.5.04.0331 * | 0021868-87.2014.5.04.0331 * |
| 0020541-10.2014.5.04.0331 * | 0021417-62.2014.5.04.0331 * | 0021887-93.2014.5.04.0331 * |
| 0020630-33.2014.5.04.0331 * | 0021427-09.2014.5.04.0331 * | 0021902-62.2014.5.04.0331 * |
| 0020638-10.2014.5.04.0331 * | 0021444-45.2014.5.04.0331 * | 0021910-39.2014.5.04.0331 * |
| 0020690-06.2014.5.04.0331 * | 0021485-12.2014.5.04.0331 * | 0021919-98.2014.5.04.0331 * |
| 0020920-48.2014.5.04.0331 * | 0021496-75.2013.5.04.0331 * | 0021920-83.2014.5.04.0331 * |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | |
|---|----------------------------|----------------------------|
| 0020936-02.2014.5.04.0331* | 0021521-54.2014.5.04.0331* | 0021976-19.2014.5.04.0331* |
| 0020992-35.2014.5.04.0331* | 0021533-68.2014.5.04.0331* | 0021984-93.2014.5.04.0331* |
| 0021017-48.2014.5.04.0331* | 0021541-45.2014.5.04.0331* | 0022008-24.2014.5.04.0331* |
| 0021063-37.2014.5.04.0331* | 0021564-88.2014.5.04.0331* | 0022025-60.2014.5.04.0331* |
| 0021070-29.2014.5.04.0331* | 0021567-43.2014.5.04.0331* | 0022059-35.2014.5.04.0331* |
| 0021071-14.2014.5.04.0331* | 0021587-34.2014.5.04.0331* | 0022069-79.2014.5.04.0331* |
| 0021103-19.2014.5.04.0331* | 0021589-04.2014.5.04.0331* | 0022089-70.2014.5.04.0331* |
| 0021118-85.2014.5.04.0331* | 0021609-92.2014.5.04.0331* | 0022099-17.2014.5.04.0331* |
| 0000001-04.2015.5.04.0331 | - | - |
| Incidentes Processuais da Execução | | |
| Conclusão mais antiga: 12.12.2014 0167800-24.2005.5.04.0331* | 0001582-93.2011.5.04.0331* | 0025600-57.2006.5.04.0331* |
| 0000799-04.2011.5.04.0331* | 0020550-06.2013.5.04.0331* | |
| Embargos de Declaração | | |
| Conclusão mais antiga: 18.05.2015 0020837-66.2013.5.04.0331* | 0020572-30.2014.5.04.0331* | 0021281-65.2014.5.04.0331* |
| Total: 99 processos | | |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 23.07.2015)

* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

** Processo pendente de sentença na data da Correição posteriormente convertido em diligência

7 ROTINAS DE SECRETARIA

Na 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, o trabalho nos processos físicos é distribuído por tarefas.

O atendimento ao público é realizado por Roberto Carlos, que recebe as petições remetidas pela CCDF, efetua a localização dos autos e lavra o termo de juntada.

A análise e lançamento de minutas de despacho do protocolo é realizada por Nadir e Juliana.

A certificação do prazo e lançamento de minuta de despachos correspondentes é encargo da estagiária, supervisionada por Nadir.

As notificações, cartas precatórias da fase de conhecimento e ofícios são expedidas pelo próprio servidor que efetuar a certificação do prazo ou lançamento de minuta do protocolo.

Os cumprimentos determinados em sala de audiência, nos poucos processos físicos ainda remanescentes, são efetivados pelos Secretários de Audiência.

Já os cumprimentos da fase de execução (incluindo expedição de mandados de citação e de penhora, cartas precatórias da fase de execução, RPVs e precatórios) são atribuições de Débora e Juliana. Os alvarás são



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

expedidos diretamente por quem efetuar o lançamento de minuta de despacho, salvo os mais complexos, de responsabilidade de Débora, Mara e Luiz Felipe.

Roberto é o responsável pela expedição e recebimento de malotes, inclusive relativos à remessa e retorno de autos do TRT. Já a análise dos autos que retornam do TRT é atribuição de Juliana e Nadir.

Os convênios são manejados por Juliana (Jucergs), Débora (BacenJud), Nadir (BacenJud, RenaJud e CNIB), Maria Lúcia (BacenJud e InfoJud) e Lésli (Renajud).

A revisão dos autos para arquivo é efetuada pelo próprio servidor que examina os autos ao certificar o prazo ou lançar minuta de despacho do protocolo, sendo que o lançamento no sistema e formação dos malotes é realizado quinzenalmente.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES

Em dia.

7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

Em dia.

7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS

Os mandados mais antigos a serem expedidos datavam de 02.06.2015.

7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Em dia.

7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

A expedição de alvarás de credores trabalhista estava em dia. Havia, entretanto, pendências de alvarás em favor de reclamadas desde 08.06.2015.

7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Em dia.

7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES

Desde junho de 2015, a lavratura do termo de juntada vem sendo realizada no momento do exame da petição e lançamento de minuta de despacho, pelo servidor respectivo.

7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na data da inspeção, em razão da greve, verificou-se a existência de pendências de 01.07.2015. A Diretora esclareceu que diariamente é efetuada triagem das petições protocoladas, sendo dado andamento aos urgentes e de análise simples, sendo os demais examinados aos poucos, na medida do possível.

7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Em 28.07.2015, estava sendo certificado o prazo de **30.04.2015**.

7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Em dia.

7.11 CONVÊNIOS

Na data da inspeção, 28.07.2015, a pendência mais antiga datava de 18.07.2015 (Renajud).

7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em dia.

7.13 EXAME DOS LIVROS

7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|---------------------------|------------|---|
| 1 | 0099600-38.2000.5.04.0331 | 18/02/2015 | 05 meses e 05 dias |
| 2 | 0127500-20.2005.5.04.0331 | 06/03/2015 | 04 meses e 17 dias |
| 3 | 0195400-78.2009.5.04.0331 | 27/03/2015 | 03 meses e 26 dias |
| 4 | 0000877-61.2012.5.04.0331 | 08/05/2015 | 02 meses e 15 dias |
| 5 | 0001774-60.2010.5.04.0331 | 18/05/2015 | 02 meses e 05 dias |
| 6 | 0001722-93.2012.5.04.0331 | 28/05/2015 | 01 mês e 25 dias |
| 7 | 0130700-26.1991.5.04.0331 | 08/06/2015 | 01 mês e 15 dias |
| 8 | 0002024-25.2012.5.04.0331 | 23/06/2015 | 01 mês |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.07.2015)

7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

Em consulta ao Sistema inFor, em 23.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

| | Carga OJ | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução do Mandado |
|---|--------------|---------------------------|------------|--|
| 1 | 331-00050/15 | 0001435-33.2012.5.04.0331 | 30/03/2015 | 03 meses e 23 dias |
| 2 | 331-00082/15 | 0001294-14.2012.5.04.0331 | 08/06/2015 | 01 mês e 15 dias |
| 3 | 331-00090/15 | 0001028-95.2010.5.04.0331 | 08/07/2015 | 15 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.07.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.06.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|--|--|
| 1 | Processo nº 0000715-66.2012.5.04.0331 |
| Fase: Execução. Aspectos formais. Não foi certificado nos autos o cumprimento da determinação contida no despacho exarado à fl. 74; Existência de rasura na data da devolução da carga da fl. 88; Ausência de certidão na capa dos autos dando conta da retificação da autuação determinada no despacho da fl. 103, à qual restou efetuada apenas no inFOR. Movimentação processual: Despacho de 26-03-2015 (fl. 103) cumprido em 11-05-2015 (fls. 104-06). | |
| 2 | Processo nº 0000550-19.2012.5.04.0331 |
| Fase: Execução. Aspectos formais: Não foi certificado o decurso <i>in albis</i> do prazo assinado na notificação da fl. 142. Movimentação processual: Despacho de 06-10-2014 (fl. 150) cumprido em 25-11-2014 (mandado de penhora à fl. 151); Despacho de 17-12-2014 (fl. 153), cumprido em 12-03-2015 (certidão da fl. 153-v); Cálculo de liquidação juntado em 15-01-2014 (fl. 128-v) e o termo de conclusão lançado em 09-05-2014 (fl. 140); Prazo da notificação da fl. 142 findou em 02.6.2014 e autos foram conclusos à magistrada em 19.9.2014 (fl. 146); Despacho de 22-04-2015 (fl. 157) permaneceu sem cumprimento até remessa dos autos à Vice-Corregedoria em 06-07-2015. | |
| 3 | Processo nº 0052800-73.2005.5.04.0331 |
| Fase: Execução. Aspectos formais: Sem apontamentos. Movimentação processual: Certidão lavrada em 14-03-2014 (fl. 226) e consultas ao Renajud efetuadas em 30-05-2014 (fls. 227-32); devolução do mandado de penhora pela Central de Mandados em 07-08-2014 (lançamento 248 do inFOR) e termo de conclusão lançado em 27-08-2014 (fl. 237); devolução da carga da fl. 239 excede em mais de 25 dias o prazo assinado ao exequente na notificação da | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

fl. 238, sem que a Secretaria tenha efetuado a sua cobrança.

4

Processo nº 0201900-63.2009.5.04.0331

Fase: Execução. **Aspectos formais:** Nada a apontar. **Movimentação processual:** Despacho de 20.1.2014 (fl.97), cumprido em 14.2.2014 (fls.98-9); despacho de 28-05-2014 (fl. 150), cumprido em 17-06-2014 (ofício da fl. 109); Devolução da carga da fl. 116 excede em mais de 30 dias o prazo assinado ao exequente na notificação da fl. 115, e devolução da carga da fl. 132 excede o prazo assinado ao réu na notificação da fl. 131, sem que a Secretaria tenha efetuado a cobrança; prazo da notificação da fl. 122 findou em 10-11-2014, e seu decurso *in albis* foi certificado em 17-12-2014 (fl. 123).

5

Processo nº 0000005-41.2015.5.04.0331

Embargos de Terceiro

Fase: Conhecimento. **Aspectos formais:** Nada a apontar. **Lançamentos do inFOR:** Não constou no inFOR os andamentos “Conclusos para despacho/decisão” e “Julgamento”, logo após a decisão que extinguiu, sem resolução de mérito, a ação de embargos de terceiro (fl. 132). **Movimentação processual:** nada a apontar.

6

Processo nº 0001749-76.2012.5.04.0331

Fase: Liquidação. **Aspectos formais:** não foi lavrado termo de juntada para o substabelecimento da fl. 620 e para os cálculos das fls. 625-9. **Lançamentos do inFOR:** não constou o andamento “Recebido o recurso”, logo após a decisão da 506 que recebeu o recurso ordinário. **Movimentação processual:** Nada a apontar.

7

Processo nº 0000268-49.2010.5.04.0331

Fase: Liquidação. **Aspectos formais:** Não foi preservada a capa azul quando da abertura e formação do 2º volume dos autos do processo. **Lançamentos do inFOR:** não constou o andamento “Liquidação homologada” após a decisão que julgou líquida a sentença. **Movimentação processual:** Despacho de 19-08-2013 (fl. 229), cumprido em 20-05-2014, com a retirada dos autos em carga pela contadora, conforme fl. 230; cálculos de liquidação juntados em 12-06-2014 (fl. 230-v) e o termo de conclusão lançado em 26-09-2014, fl. 247; protocolo do Bacen Jud da fl. 262, em 24-11-2014, e consulta ao Renajud da fl. 263, em 29-01-2015.

8

Processo nº 0001264-76.2012.5.04.0331

Fase: Execução. **Aspectos formais:** Ausência de termo de juntada para a petição/substabelecimento das fls. 328-29, que carecem registro de protocolo/recebimento; Petição de 09-09-2014 (fl. 331) juntada antes dos cálculos de liquidação de 05-09-2014 (fls. 332-47), desatendo ordem lógica e cronológica dos atos processuais; Petição da fl. 380, protocolada em 07-01-2015, juntada antes da petição/guias de pagamento das fls. 381-3, protocoladas em 23-12-2014; Substabelecimento da fl. 369 vem antes da petição que requer a sua juntada (fl. 370); Ausência de certidão na capa dos autos dando conta da retificação da autuação determinada no despacho da fl. 373, à qual restou efetuada apenas no inFOR; Desatendido procedimento correto para formação dos autos provisórios das fls. 332-47. **Movimentação processual.** Petição da ré foi juntada em 14-10-2014 (fl. 371-v) e termo de conclusão lançado em 27-11-2014 (fl. 373).

9

Processo nº 0000793-94.2011.5.04.0331

Fase: Execução. **Aspectos formais:** Não foi certificado o decurso *in albis* do prazo da notificação da fl. 339, expirado em 06-04-2015. **Movimentação processual:** Despacho de 27-11-2014 (fl. 333) cumprido em 17-12-2014 (fl. 335); Cálculos de liquidação apresentados em 04.12.2013 (fls. 303 e seguintes) e autos conclusos em 09.5.2014 (fl. 3065); petição juntada em



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

18-06-2014 (fl. 317-v) e termo de conclusão lançado em 14-07-2014 (fl. 319); prazos fixados na citação da fl. 322 findou em 05.8.2014, e na notificação da fl. 332 findou em 13.10.2014, e os respectivos decursos *in albis* só foram certificados em 26.11.2014 (fl. 333).

10

Processo nº 0000616-96.2012.5.04.0331

Fase: Execução. **Aspectos formais:** Nada a apontar. **Movimentação processual:** despacho de 24-07-2014 (fl. 544) cumprido em 20-02-2015 (certidão lavrada no verso das fls. 547); Petição da fl. 517 juntada em 31-01-2014 e termo de conclusão lançado em 19-02-2014 (fl. 518); Lapso de 30.04.2014 (alvará retirado à fl. 533) a 13.06.2014 (manifestação das fls. 534-6).

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, aferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 15.07.2015

| Prática | Exemplos |
|--|--|
| Carta Precatória devolvida à origem sem andamento | 0001179-90.2012.5.04.0331 0002119-55.2012.5.04.0331 0001820-78.2012.5.04.0331 |
| Processo devolvido ao arquivo sem registro/com registro incorreto e/ou aguardando arquivamento | 0075400-49.2009.5.04.0331 0100700-52.2005.5.04.0331 0100600-97.2005.5.04.0331 |
| Demora no andamento processual ou registros desatualizados | 0162100-28.2009.5.04.0331 0001734-78.2010.5.04.0331 0001216-20.2012.5.04.0331 0187200-53.2007.5.04.0331 0110700-92.1997.5.04.0331 0071700-07.2005.5.04.0331 |

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em **06.12.2012**.

O trabalho na unidade é dividido por carteiras, embora haja algumas atividades específicas (como exame de cálculos de liquidação, inclusão no BNDT e expedição de precatórios) que são realizadas em sistema de tarefas.

Os secretários de audiências encarregam-se da triagem inicial, expedição das notificações iniciais e cumprimento dos despachos relativos a inclusão dos processos em pauta.

A triagem inicial vinha ocorrendo, segundo a Diretora, em aproximadamente 48h. Entretanto, desde o início da greve, tem levado até 15 dias.

A análise das petições e minuta de despachos do protocolo é realizada pelos titulares das carteiras, que também efetuam os cumprimentos respectivos.

Os alvarás, RPVs, Precatórios e documentos mais complexos da execução são expedidos por Débora.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretária, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, sendo a última no dia 24.07.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretária. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

| Agrupador | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
|------------------------------|-----------|-------------------------|----------------------|---|
| Processos c/petições avulsas | - | 32 | <u>20991-50.2014</u> | 29.06.2015 (manifestação sobre cálculos de liquidação). |
| C/habilitações não lidas | - | 4 | <u>20265-42.2015</u> | 24.07.2015 (habilitação em processo – procuração) |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|------------------------------------|---|--------------------------------|--|---|
| C/pedido de tutela não apreciados | - | 01 | <u>21138-42.2015</u> | 23.07.2015 (petição inicial) |
| C/petições não apreciadas | - | 414 | <u>20371-04-2015</u> | 07.07.2015 (recurso ordinário protocolado) |
| Mandados devolvidos OJ | - | 67 | <u>20889-28.2014</u> <u>21143-35.2013</u> | 12.06.2015 (mandado redistribuído para outro Oficial de Justiça – faltou retirar do agrupador) 24.06.2015 (mandado devolvido pelo OJ) Já apreciado, não foi tirado do agrupador. |
| Pasta | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
| Aguardando cumprimento providência | Por prazo (de dez em dez dias) Mais uma subpasta "RPHP" | 29 | <u>20046-29.2015</u> | 15.06.2015 (Decurso do prazo). Falta autos irem conclusos para sentença. |
| Aguardando cumprimento exec. | Por prazo (de dez em dez dias) Mais uma subpasta "Diligências" | 33 | <u>CP 20127-75.2015</u> | 24.06.2015 (decurso do prazo para Juízo deprecante prestar orientações sobre prosseguimento CPE) |
| Aguardando cumprimento liquidação | Por prazo (de dez em dez dias) | 3 | <u>21449-04.2013</u> | 07.05.2015 (encaminhado alvará para recolhimento previdenciário). Em 10.07.2015 , foi solicitada informações ao banco acerca do recolhimento ou não. |
| Aguardando ciência | Sem subpastas | 36 | <u>20899-38.2015</u> | 06.07.2015 (decurso do prazo). Faltava só arquivar processo |
| Aguardando ciência decisão-ConPra | Sem subpastas | 25 | <u>20049-18.2014</u> <u>21664-77.2013</u> | 01.06.2015 (apresentação de contrarrazões). 05.06.2015 (decurso do prazo de contrarrazões) |
| Aguardando prazo – ED | sem subpastas | 31 | <u>21301-56.2014</u> <u>20371-04.2015</u> | 30.06.2015 (Sentença julgada líquida) 07.07.2015 (petição do réu recorrendo da |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|-------------------------------|---|------------|---|---|
| | | | | decisão que homologa parcialmente acordo). |
| Aguardando término dos prazos | Por carteiras (seis carteiras): - Juliana - Lúcia - Luiz - Lésli -Mara -Márcia | 301 | <u>20379-49.2013</u> <u>20579-22.2014</u> <u>21998-77.20154</u> <u>21110-45.2013</u> <u>21166-78.2013</u> <u>21437-87.2013</u> <u>21174-21.2014</u> | 08.04.2015 (decurso do prazo de 15 dias para pagamento sob pena do art. 475-J do CPC) 23.05.2015 (decurso do prazo para pagamento das custas). 07.07.2015 (Encerrada a instrução). Faltava fazer conclusão para sentença (conclusão lançada em 28.07.2015) 23.03.2015 (decurso do prazo da parte para manifestação sobre cálculo do contador) 04.03.2015 (devolvido mandado cumprido – penhora sobre aluguéis). Processo parado. 30.03.2015 (expedido alvarás aos peritos) 20.04.2015 (decurso do prazo para apresentação, pela ré, de cálculos). Faltava remeter ao contador <i>ad hoc</i> . |
| Análise de execução | Pastas organizadas por tarefas e carteiras: -Alvará greve -Angela -Bacen consulta -Bacen ordem -Débora -Fabiane -Juliana -Lucia -Luiz | 112 | <u>20908-34.2014</u> <u>21311-37.2013</u> <u>20453-06.2013</u> | 22.04.2015 (decurso do prazo para comprovação de pagamento – faltava iniciar execução, com lançamento da conta com acréscimo de cláusula penal) 14.05.2015 (despacho determina inclusão no BNDT e renovação BACEN) 02.03.2015 (decurso do prazo para autor |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|-------------------------------------|---|------------|--|---|
| | -Lésli -Mara -Márcia -RenaJud Infojud -Registro CNIB | | | se manifestar sobre penhora) Bens estavam em péssimo estado. |
| Apreciar urgentes | Sem subpastas | 11 | <u>21053-56.2015</u> | 08.07.2015 (pedido de sequestro de bens) |
| Controle de sobrestamento suspensão | Três pastas: -aguarda pagto.precatório - carta Precatória com ET origem - conhecimento | 8 | <u>21196-79.2014</u> | 27.10.2014 (decurso do prazo de pagamento da última parcela do acordo. Falta homologar acordo) Mesma situação dos processos <u>20981-06.2014</u> ; e <u>21579-91.2013</u> |
| Controle manual prazo pós sent. | Sem subpastas | 06 | <u>20212-61.2015</u> <u>20503-61.2015</u> | 19.05.2015 (decurso do prazo em dobro para recurso do ente público). 11.05.2015 (decurso do prazo recursal) |
| Designar audiências | Duas subpastas: - Juiz Substituto (100) - Juiz Titular (0) | 100 | <u>20678-55.2015</u> <u>20857-86.2015</u> <u>20859-56.2015</u> <u>20547-96.2015</u> | 04.05.2015 (Consignação em Pagamento ajuizada) 05.06.2015 (ajuizada reclamatória trabalhista) 05.06.2015 (ajuizada ação) 09.06.2015 (ação redistribuída de Montenegro) |
| Prazos vencidos | Por carteiras: - Débora - Juliana - Lucia - Luiz - Lésli - Mara - Márcia | 60 | <u>21183-80.2014</u> | 04.06.2015 (decurso do prazo) |
| Preparar comunicação | 10 subpastas: -Magistrados assinar | 40 | <u>21016-63.2014</u> | 10.06.2015 (proferida sentença). |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|-----------------------------------|--|----|----------------------|---|
| | - Angela - Débora - Fabiane - Juliana - Lucia - Luiz - Lésli - Mara - Marcia | | | |
| Recebimento de instância superior | | 40 | <u>21050-72.2013</u> | 19.06.2015 (recebido processo de instância superior) |
| Triagem inicial | | 49 | <u>20979.02.2015</u> | 25.06.2015 (petição inicial) |

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade, em regra, observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts.843 e seguintes da CLT), mas a tarefa, na data da correição, apresentava atraso médio de três semanas em razão do movimento grevista.

Constatou-se razoável gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização de pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

No entanto, verificou-se na data da inspeção correcional, 28.07.2015, processos sem movimentação a partir de **junho** (v.g., nas tarefas “aguardando cumprimento de providências”, “aguardando ciência decisão –ConPra”; “Prazos Vencidos” e “Preparar comunicação”, coincidindo a ausência de movimentação com o período que perdurou a greve de servidores. Além disso, também se constatou atraso na tarefa “Aguardando término dos prazos” e “Análise de Execução” com pendências a contar de **março** de 2015, exigindo atenção.

Reiterou-se à Diretora de secretaria a relevância de manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores como forma de conservar o controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

A Unidade Judiciária não contou com o auxílio do SAT no período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Verificou-se que na 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, o número de servidores (12) está **abaixo** do previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 13 a 14).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se participação média de 79 horas por servidor em treinamentos e eventos de capacitação.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu 4 servidores. Quanto aos afastamentos, o mais significativo ocorreu por força de Licença Gestante (Débora, 182 dias).

Houve adesão de seis servidores da Unidade Judiciária ao movimento grevista ocorrido em 2015 (deflagrado em 09.06.2015 e suspenso em 01.10.2015), tendo sido publicada a Portaria 01/2015, que limitou o atendimento externo ao horário das 11h às 15h a partir do dia 17.06.2015 até o final do movimento grevista.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, reduziu 3% em relação ao ano de 2013, alcançando 3.035 processos, enquanto na 4ª Região verificou-se crescimento médio de 2,78% do acervo de processos em tramitação.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 50,27% em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 282 processos, superando o aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%. Ingressaram 1.935 casos novos na unidade. Ao final de 2014, verificou-se a existência de 170 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, recuando para 79 processos em 31.05.2015, o que, de qualquer sorte, deve receber atenção por parte da magistrada J2.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 36,29% em 2013 para 47,64% em 2014, superando o congestionamento médio regional, de 44,33% em 2014.

A Unidade Judiciária, em 2014, reduziu o número de processos solucionados, em comparação com o ano anterior, em 2,46%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo) reduziu preocupantes 25,06% na Unidade Judiciária em 2014 (proferidas 302 decisões), na comparação com o ano de 2013 (em que proferidas 403 decisões), enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Houve redução de 27,46% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária alcançou 40,91%, menor que o congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária manteve, em 2014, o número de execuções encerradas em 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. O estoque de processos pendentes da fase de execução diminuiu 0,45%, enquanto na 4ª Região verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

congestionamento da unidade na fase de execução, de 69,01%, mantém-se próxima do congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%.

Em relação às Metas do CNJ, as de nº 1 e 5, de 2014, não foram atendidas pela Unidade Judiciária. As Metas 2 e 6 de 2014 e de 2015 foram cumpridas. Quanto às Metas 1, 5 e 7 de 2015 e as Metas específicas da Justiça do Trabalho, o período de apuração (31.05.2015) é insuficiente para verificar seu cumprimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se redução média de 0,52% na fase de conhecimento, em 2014. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 110 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 146 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 183 dias nos processos sumaríssimos e 186 dias nas ações ordinárias. No mesmo período, o prazo médio regional foi de 185 dias nas ações sumaríssimas, e de 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, o prazo de tramitação processual, em 2014, alcançou 686 dias quando o executado é ente privado, e 1.315 dias quando a execução é contra ente público, prazos acima dos apurados, em média, nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região, de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, superou o lapso que se tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte. Na Unidade, entretanto, é adotado, ressalvadas algumas hipóteses, o procedimento de realização de audiência una em rito ordinário, sendo a ré notificada para apresentação de defesa em secretaria e determinada a realização de perícia técnica antes da realização da audiência una, resultando em distorção dos dados estatísticos respectivos. Cotejo do livro pauta com os dados disponíveis no sistema, apontou que, em relação às hipóteses de inexistência de prova pericial a ser realizada antes da solenidade, as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a 48 dias (J1) e 21 dias (J2), próximos, portanto, do prazo recomendado de 40 dias.

Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas as audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 28.07.2015, situava-se entre 48 e 117 dias (J1) e 183 (J2), abaixo do prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual (até 240 dias).

Em relação aos processos eletrônicos, verificou-se que a designação de audiências iniciais observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria. A divisão do trabalho se dá por carteiras e a movimentação dos processos, no período correccionado, como regra se deu com regularidade. Todavia, em algumas pastas, há processos sem



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

movimentação desde meados de **junho de 2015**, coincidindo com o início do movimento grevista, bem como atrasos nas tarefas “Aguardando Término dos Prazos” e “Análise de execução” desde **março de 2015**, o que é preocupante.

A partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, bem assim na situação verificada por ocasião da inspeção correcional, desconsiderado o resultado especificamente associado à adesão de servidores à greve que se estendeu de 09.6.2015 até 01.10.2015, constatou-se que a Unidade Judiciária, vem, como regra, atendendo aos prazos legais para prática dos atos processuais, embora tenha apresentado alguns lapsos importantes, apontados nesse relatório, que merecem atenção, devendo os gestores envidar esforços na sua regularização.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos relacionados no item 3.4.3.
- b) destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, deve ser verificada a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5, a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos feitos, lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.2.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1/2015, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que a Meta CNJ 1/2014, de igual conteúdo, já não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.1.1), e que



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

os dados parciais de 2015, colhidos até 31.05.2015, apontam tendência de manutenção do quadro.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 7 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.2.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumente em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que os prazos médios para a realização das audiências iniciais sejam mantidos em 40 dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se, de igual forma, seja mantido o prazo de até 240 dias, razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

ITENS 7.13.1 e 7.13.2 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias” e “Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.

ITEM 7.13.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) proceda à certificação, na capa dos autos, da alteração, no curso da lide, dos dados que compõem a autuação, registrando no sistema informatizado, vedada a utilização de traço, rasura e qualquer outro meio de sobreposição do termo anterior;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR/TRT;
- e) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
- f) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;
- g) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos;
- h) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR;
- i) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais;
- j) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT), bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique alteração na contagem;
- k) cumpra a determinação do art. 73, §1º, da CPCR, quando da abertura de novos volumes em autos que retornaram de instâncias superiores;
- l) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

ITEM 9 (PJe-JT)

Recomenda-se:

- a) seja procedida a análise de prevenção, de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) que a triagem inicial nos processos eletrônicos seja feita diariamente e que entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência inicial, observe-se o prazo máximo de sete dias;
- c) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento;
- d) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas respectivas tarefas, em especial as caixas “aguardando cumprimento de providência”, “aguardando término dos prazos”, “análise de execução”, “controle sobrestamento/suspensão”, “controle manual prazo pós sentença”, “designar audiência”, “aguardando término dos prazos” e “prazos vencidos”.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, dia 29.07.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes ao Foro Trabalhista de São Leopoldo, tendo comparecido, para esse fim, o advogado Cláudio Garcez (OAB/RS 028340), que manifestou inconformidade com procedimentos e entendimentos adotados pela Juíza Titular, relativamente



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

à propositura de acordos e determinações postas em sentenças, que diferem das rotinas adotadas nas demais Unidades Judiciárias de São Leopoldo. A Vice-Corregedora destacou, entretanto, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir. À tarde, durante a inspeção correcional realizada na 4ª Vara do Trabalho, também compareceram os advogados Cláudio Garcez (OAB/RS 028340), Márcia Schwantes (OAB/RS 25752) e Lauri Kruger (OAB/RS 60258), tecendo considerações específicas sobre os procedimentos adotados pela Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo, sendo dito pela Vice-Corregedora que seriam objeto de atenção, destacando, entretanto, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Valdete Souto Severo, pela Diretora de Secretaria Nadir da Costa Jardim e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

CARMEN GONZALEZ
Vice-Corregedora Regional